

## Sarney tem sete cargos de peso para preencher

O presidente Sarney nomeou ontem o ministro da Agricultura, Iris Rezende, para exercer cumulativa e interiramente o cargo de ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, até que seja escolhido seu substituto. As consultas para a indicação de novo ministro, segundo o porta-voz Frota Neto, ainda não foram iniciadas pelo Presidente.

Com o falecimento de Freire, de José Raduan e do presidente da Vale do Rio Doce, anteriormente, o Presidente da República passa a dispor de sete cargos importantes para negociar com os grupos políticos, tendo em vista as decisões importantes a serem tomadas na Assembleia Constituinte. Além do Ministério da Reforma Agrária, do Inbra e da Cia Vale do Rio Doce, estão vagas a presidência da Caixa Econômica Federal, a superintendência da Sudene e da Suframa e ainda a cobiçada chefia da embaixada brasileira em Paris.

O preenchimento do Ministério é o mais complicado para o Presidente, pela dificuldade em encontrar um hábil negociador, capaz de se entender com a UDR, e ao mesmo tempo, contentar a Igreja e os trabalhadores rurais. E um cargo no qual os dirigentes do PMDB e do PFL têm pouco interesse: não é prêmio, mais serve de castigo. Daí porque Sarney havia nomeado Marcos Freire à revelia do PMDB de Pernambuco e do governador Miguel Arraes. A presidência do Inbra, por este mesmo motivo, só terá seu novo ocupante definido em função do ministro a ser escolhido.

Se para o Mirad é difícil achar um candidato, para a embaixada em Paris há uma profusão de nomes na disputa. Comenta-se que até o escritor Jorge Amado, no momento residindo na cidade, aceitaria de bom grado ser ali embaixador.

No caso da Caixa Econômica Federal e da Sudene, assessores do Palácio do Planalto já acreditam na continuidade dos interinos que vêm ocupando as respectivas presidências. Sarney teria desistido de negociar politicamente, preferindo manter no cargo os atuais técnicos. O novo superintendente da Suframa será designado a partir de entendimentos com o ministro do Interior, João Alves, e o PMDB do Amazonas. A Cia Vale do Rio Doce terá seu novo presidente indicado pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Enquanto Sarney começa a pensar em um nome para substituir Marcos Freire no Ministério, o PMDB de Pernambuco começa a buscar alguém para disputar a Prefeitura do Recife no ano que vem. Ele já havia admitido concorrer e não tinha visto aparente nem das alas mais progressistas do partido e nem do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Até porque o PMDB não tem outro nome com a mesma densidade eleitoral e liderança suficientes para enfrentar nas urnas o ex-ministro do Interior, Joaquim Francisco, que concorrerá pelo PFL, ou o deputado estadual João Coelho, do PDT.

(Detalhes da morte de Marcos Freire na página 6)

## LEONARDO MOTA

### Deixou com o povo

O presidente Sarney, ontem cedo, antes de assinar o decreto conferindo honras ao falecido ministro Marcos Freire, determinou que toda a comitiva fosse incluída no texto. Foi um gesto do chefe do Governo para ressaltar a missão delicada, de Estado, que Marcos Freire cumpria na Amazônia, numa área de tensão agrária, mas impondo-se pela força dos argumentos de conciliação.

Hoje, o Presidente não acompanhará o corpo de seu ministro para o enterro em Recife. Pretende deixar que o povo de Olinda e Recife homenageie, sem presença oficial, um de seus maiores líderes políticos. Sarney, ao optar por essa fórmula, há de ter pensado em Tancredo Neves, depois de morto, chegando a Minas Gerais para ser festejado apenas pelo seu povo. O Presidente indicou uma pequena comitiva para acompanhar o corpo, integrada dos ministros Ronaldo Costa Couto, José Hugo Castelo Branco, e de seus assessores Deusdedith Righi de Aquino e Flávio Lara Resende. No aeroporto da Pampulha, estava à espera o governador Hélio Garcia. Hoje, na Base Militar do Recife, estarão os governadores Miguel Arraes e o prefeito Jarbas Vasconcelos.

Sarney vinha acompanhando de perto o trabalho de Marcos Freire no Mirad. Afinal, o Mirad era a sua chaga, e Marcos a estava curando. Recebia do Presidente, por isso, algumas atenções especiais, como a de ser por ele convidado a organizar um jantar em sua casa, com sua presença, para conversar com a missão da FAO, quando Freire apenas lhe havia solicitado uma audiência para o grupo, no Planalto.

Quem sabe, Sarney já estava enxergando no seu ministro, da mesma geração (56 anos), do Nordeste, egresso do PMDB "autêntico", mas que se revelou no Executivo um político aberto ao diálogo com todas as correntes, um nome para o futuro, para completar, como candidato a vice-presidente, uma chapa de conciliação nacional. Não foi à toa que no último sábado esteve na residência de Marcos Freire o ministro Leônidas Pires Gonçalves, para comemorar o aniversário do ministro do PMDB.

Há duas semanas, jantando no restaurante "Forty-Five", tivemos uma longa conversa. Era a véspera de seu programa em rede nacional sobre a reforma agrária, quando apresentou o que chamava de "Decálogo da conciliação". Marcos estava nas nuvens. Literalmente. Pensava nas pesquisas de opinião pública, se iriam refletir o seu trabalho no Mirad. Tendo escolhido uma competente assessoria de comunicação, chefiada pelo jornalista Hélio Mota, que veio da assessoria da OAB nacional para Brasília, Freire sonhava em abrir espaços na mídia para "vender" a sua reforma agrária conciliada. Quando falamos de outro conciliador nacional de peso — Aluizio Alves — Marcos se comoveu. Era o seu êmulos.

### INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA

O ministro Octávio Moreira Lima foi quem primeiro informou o presidente Sarney do acidente com o HS da FAB. Sarney imediatamente articulou-se com o ministro Ronaldo Costa Couto para que comunicasse à família Freire, ao deputado Ulysses Guimarães e ao governador Miguel Arraes. Sarney sequer teve tranquilidade para telefonar a Ulysses.

O Ministro da Aeronáutica, ontem, aprofundou suas informações: o HS teve pane na decolagem, depois de passar da velocidade V1 para V2. Ainda na V1, poderia reverter, mais depois chega-se ao "Point of no return". O HS não conseguiu força para decolar, e caiu em forma de parábola no platô da pista, explodindo no chão. Houve uma combinação de quatro fatores perversos: pista curta, calor excessivo, avião velho e lotação completa.

### AURELIANO NO HS

O primeiro ministro a viajar num HS da FAB após o acidente foi o das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que ontem voltou do Rio, depois de comparecer ao velório de Giocondo Dias.

# Restam só três dias para negociar

Cabral recebe definição sobre sistema até sábado ou mantém texto



Reunião no Instituto Israel Pinheiro: o sistema de governo continua sendo o maior impasse

## Ulysses adverte que votação é racha certo

O deputado Ulysses Guimarães está preocupado com as repercussões que terá dentro da Constituinte a votação do sistema de governo, pois poderá provocar um racha em preceps. Ao fazer essa confidência a ação do peemedebista que defende o presidencialismo, ele também deixou claro que prefere esse sistema, mas nos moldes da emenda redigida pelo professor Miguel Reale Júnior e apresentada pelo deputado Mário Moreira (PMDB-SP). Trata-se de uma proposta que prevê a figura do primeiro-ministro, mas não altera as funções do Presidente da República como chefe de Estado e do governo.

Segundo confidenciou a seu interlocutor, o deputado Ulysses Guimarães acredita que a decisão sobre sistema de governo pelo voto dará vitória a um dos grupos por margem de diferença tão pequena que talvez a melhor maneira fosse buscar uma negociação proveitosa às duas correntes de pensamento.

Ulysses Guimarães foi estimulado a convidar as lideranças partidárias na Constituinte a uma conversa em que todos coloquem pontos de vista, já que além de presidente da Constituinte é a figura que merece respeito e consideração de todos os partidos.

Antes, porém, o presidente Ulysses Guimarães confirmou sua disposição de fazer com que a Comissão de Sistematização inicie, no dia 21, a votação em plenário pelo sistema de Governo, já que desta definição depende o enfoque de diversos capítulos e títulos da nova Constituição. Para concretizar esse objetivo buscará apoio das lideranças partidárias e, possivelmente nesta ocasião, tentará encontrar um meio de evitar disputas tão acirradas.

### A EMENDA PREFERIDA

Redigida pelo professor Miguel Reale Junior, assessor especial do deputado Ulysses Guimarães, a emenda presidencialista de sua preferência prevê a figura do primeiro ministro, definida pelo autor como um "ponta de lança" do Legislativo no Executivo, cuja nomeação depende de aprovação por maioria absoluta dos votos da Câmara. A ele compete controlar a ação do ministério e servir de elo de ligação entre o Executivo e o Legislativo.

O primeiro ministro também seria ouvido sobre questões como a nomeação de ministros, vetos em leis. Todavia, a emenda não é parlamentarista porque reserva ao Presidente da República a chefia do estado e

do Governo, nos moldes preferidos pelo Palácio do Planalto. Ela mantém ainda o voto de censura em geral ao ministério, inclusive aos militares, mas nada de mudança fundamental apresenta em relação às atribuições do Congresso previstas no substitutivo do relator Bernardo Cabral.

### MODERADOS

O grupo de moderados do PMDB que está apoiando a emenda presidencialista apresentada pelo deputado Theodoro Mendes só tem um ponto que não abre mão: a manutenção da chefia do Estado, do Governo e o comando em chefe das Forças Armadas nas mãos do Presidente da República. Também faz questão de que o sistema de governo seja presidencialista, mas aceita conversar sobre outras alterações não substanciais caso isso represente a adesão de outros partidos para reforçar o apoio em plenário para aprovar o texto.

Ao admitir isso, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, revelou posição favorável a uma ideia dos pequenos partidos: "não me fale em voto distrital que fico todo ouicuido". Depois, achou possível reexaminar a disposição que trata do voto de censura aos ministros e a parte que fala dos decretos-leis.

## Frota põe em dúvida contas da liderança

"Não sou responsável pelas informações do líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso. O que sei, no entanto, é que a maioria dos constituintes, que ainda não se posicionou sobre o sistema de Governo, é superior ao número daqueles apontados nas pesquisas como parlamentaristas".

Desta forma, o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, questionou, ontem, os dados levados pelo líder Fernando Henrique Cardoso, na sexta-feira, ao ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI — general Ivan de Souza Mendes. De acordo com o levantamento de Fernando Henrique, a maioria dos parlamentares da Comissão de Sistematização é claramente parlamentarista.

### SEM IDEOLOGIA

Frota Neto negou que exista uma "ideologia parlamentarista" forte. A seu ver, ela só está presente entre um número muito pequeno de constituintes, os quais — observou — não levantaram esta bandeira durante suas campanhas eleitorais. Defendendo uma negociação que leve ao consenso, Frota lamentou que "alguns parlamentares" tenham escolhido como primeiro alvo a redução do mandato presidencial, para, em seguida, tentar "reduzir os poderes" do Presidente da República, preocupando-se fundamentalmente com o quadro presente, ao invés de pensar no futuro.

Apesar de criticar os políticos que, agindo desta forma, adotaram um comportamento "casuístico", garantiu que a maioria não se comporta assim e se preocupa, fundamentalmente, com os interesses do País. Ele repeliu, também, qualquer possibilidade de o Governo na negociação com os constituintes tenha sequer pensado em premiar seus aliados com distribuição de cargos.

A comissão coordenada pelo presidente Ulysses Guimarães, criada para negociar com o Planalto uma fórmula de consenso sobre o sistema de governo a ser incluída no segundo substitutivo, só tem mais três dias para chegar a um resultado prático. Ausente das intensas negociações, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) informou ontem que uma definição sobre o assunto terá que chegar às suas mãos no máximo até sábado, dia 12, já que no dia 15 terá de apresentar o seu segundo substitutivo.

— Espero que estas negociações não se transformem em um confronto ou em diálogo de surdos entre os presidencialistas convictos e os parlamentaristas. Estamos remetendo ao Palácio, através da comissão, uma proposta. O governo terá de fazer uma contraproposta. Se não chegarem a um consenso vou manter o texto do atual projeto e aí tero de decidir no voto, em plenário — afirmou Cabral.

### MARAJÁS

O texto que está servindo de base para as negociações, segundo o relator, foi montado a partir de uma emenda do senador Nelson Carneiro, que propõe o parlamentarismo com maiores poderes ao presidente da República, da emenda Afonso Arinos aproveitada no texto atual que prevê o parlamentarismo clássico de uma terceira, do senador

José Fogaça que sugere o parlamentarismo mitigado, e ainda da proposta do deputado José Bonifácio de Andrada, que tenta conciliar com um parlamentarismo gradual, implantado em três anos, com a manutenção do mandato do presidente José Sarney em seis anos.

Além do sistema de governo, que ainda não começou a ser discutido no âmbito das reuniões dos relatores, outras novidades foram anunciadas ontem pelo relator Bernardo Cabral. Ele revelou, que entre as definições para o segundo substitutivo está a adoção da emenda que garante o fim dos chamados marajás, com mecanismos que extinguem o processo de remuneração com "efeito cascata", e restrição dos cálculos de benefícios e vantagens apenas sobre o salário-base.

Ainda nesta área, o relator Bernardo Cabral informou que ninguém, a partir da promulgação da nova Constituição, ingressará no serviço público se não for através de concursos.

— Além disso vamos adotar mecanismos que impedirão também a proliferação dos chamados empregos de cargos de confiança e, se aprovado o sistema parlamentarista, só poderão ser funcionários de confiança os parentes do presidente da República, do primeiro-ministro e dos ministros de Estado. Todos os demais só serão admitidos por concursos públicos.

## Gabinete reduz os cargos em comissão

O secretário-geral do Grupo Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS/RS), afirmou ontem que, se houver mudança de sistema de governo no máximo 300 dos atuais 27 mil cargos em comissão do serviço poderão ser ocupados por funcionários que não pertençam ao ministério específico.

Faccioni ressaltou que o projeto Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Constituinte, permite a exceção apenas para os cargos de "confiança direta", que seriam definidos em lei. São, por seus cálculos, cinco ou seis por ministério.

### FORTELECIMENTO

O sistema parlamentarista precisa, naturalmente, do fortalecimento do servidor público a fim de que a administração tenha, como em outros países, uma continuidade mesmo com as mudanças de Gabinete. Essa continuidade existe porque no sistema parlamentarista a função pública é uma carreira, lembra o deputado.

No presidencialismo brasileiro o que se tem visto, de acordo com ele, é um crescente desrespeito ao serviço público. Qualquer mudança de titular de ministério provoca, quase de forma inevitável, uma alteração até nos cargos menores, para aproveitamento de protegidos políticos. Isso não ocorrerá no parlamentarismo.



Victor Faccioni

Com a mudança do sistema de governo a admissão no serviço público, quer seja na administração direta quer na indireta, compreendidas autarquias, sociedades de economia mista, empresas e fundações, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Lembra Faccioni que nas últimas décadas o recrutamento de servidores tem sido no mínimo escandaloso. De tal forma houve um inchaço em todos os setores que muitos estados não podem sequer pagar os seus funcionários. A reforma administrativa, que se torna imprescindível, terá de começar pela estruturação dos cargos em carreiras, com promoções subordinadas a comprovação periódica de formação profissional e qualificação do servidor.

GILBERTO ALVES



Em nome de Sarney, Sant'Anna discute presidencialismo com partidos

## Propostas de Sarney estimulam negociação

O Presidente Sarney não está tão intransigente na defesa do presidencialismo como alguns dos seus amigos no Congresso dão a entender. O Presidente admite "uma solução de grandeza" desde que a maioria da Constituinte esteja disposta a aceitar a implantação do verdadeiro parlamentarismo, no qual julga essenciais dois instrumentos: a dissolução da Câmara e o voto distrital.

Parlamentares que conversaram com o Presidente da República e que têm ostensiva simpatia pelo regime de gabinete, admitem que estas duas exigências constituem complicadores no mundo político. A dissolução é prevista em quase todas as propostas parlamentaristas, mas a aprovação do voto distrital é encarada com ceticismo, uma vez que a maioria dos parlamentares, votada pelo sistema proporcional, encara com reserva o novo sistema de votação.

De qualquer forma, algumas conversas de parlamentares com o Presidente nas últimas horas foram consideradas sinais evidentes de que a posição de Sarney não é tão intransigente, na defesa do presidencialismo, como fazem crer principalmente o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna e o deputado Prisco Viana.

O núcleo mais ativo de parlamentaristas continua alimentando a esperança de uma negociação com o atual Presidente da Repú-

blica em torno de um cronograma de implantação gradual do novo regime, a partir de 1988 e, de forma definitiva, em 1990, quando haveria a eleição direta para escolha do futuro Presidente da República.

O experiente senador Luis Viana Filho (PMDB-BA) advertia, ontem, que o Presidente Sarney poderá repetir o mesmo erro de avaliação que cometeu quando da Convenção Nacional do PMDB, pagando caro por isso, e justamente porque recebeu informações de seus amigos no Congresso que estavam longe de corresponder à realidade.

Luis Viana lembrou que o Presidente fez um acordo com Ulysses Guimarães e as principais lideranças do PMDB no sentido de conduzir a maioria da convenção nacional do Partido a remeter para a Constituinte o problema da duração do

mandato. Informado por alguns de seus amigos de que havia uma grande maioria a favor dos cinco anos e que devia lutar para precipitar uma decisão dos convencionais logo, rompeu o acordo.

Ele pode estar sendo erradamente informado a respeito da tendência parlamentarista no sentido de que não é predominante. Sinto que é uma tendência majoritária. Já vi alguns amigos do Presidente falarem de uma maioria silenciosa, que seria presidencialista. Isso é um mal sinal.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, repetia, ontem, que implantar o parlamentarismo agora, mesmo que gradualmente, é criar as condições para a eclosão de uma crise fatal dentro de dois ou três anos, pois o Presidente da República que for eleito — e o será necessariamente com mais de 35 milhões de votos, em dois turnos — vai lutar para restabelecer os seus poderes e, portanto, o presidencialismo puro, "dentro de, no máximo, quatro meses".

Sant'Anna admite que a tendência parlamentarista é expressiva, mas, segundo seus cálculos, ele conta em retirar do projeto Bernardo Cabral, quando da votação da Comissão de Sistematização, a proposta parlamentarista, seja qual for, restaurando o sistema presidencialista em sua integridade.



Luiz Viana

## COMUNICADO

Comunicamos que em virtude da morte do MINISTRO MARCOS FREIRE e de quantos se encontravam no mesmo avião, fica adiada para a próxima quarta-feira, dia 16, a festa de lançamento do Jornal "DEMO" que aconteceria hoje na Casa de Chá da Praça dos Três Poderes. O jornal, contudo, chegará às bancas neste fim de semana.

# demo

## O Consórcio OK mudou de endereço.

O Consórcio OK mudou de endereço. Está atendendo no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos Sul - Lote nº 12 - 2º andar - no prédio da Park Way, próximo ao Carrefour.

Agora, você tem à sua disposição instalações modernas e funcionais, mais adequadas para a realização de Assembleias e pagamentos de suas mensalidades. Venha nos fazer uma visita e conheça nossa nova sede. Tudo aqui foi feito pensando em você.

SGCV Sul  
nº 12 - 2º andar  
Fone: 234-2100

**CONSÓRCIO NACIONAL ok**

SGCV Sul - nº 12 - 2º andar - Fone: 234-2100